

INTRODUÇÃO

O tema do presente estudo, “Economia de Comunhão: reflexo da predominância da Cultura da Partilha frente a cultura consumista” surgiu de nossa inquietação a respeito da forma de relação egoísta predominante na sociedade atual. Esse fato parecia caracterizar a humanidade, com o que não concordamos, e despertou a vontade de compreender as causas e alternativas de convivências mais profundas, que não se fundam tão somente em critérios econômicos, mas que os utiliza como meios, não como finalidade.

Observando os crescentes desequilíbrios sociais, é fácil perceber que a humanidade encontra-se submersa em uma cultura que valoriza o indivíduo tão somente por sua condição econômica. Emerge daí uma mentalidade que subjuga, isola e oprime o homem, pois é estabelecida através da exploração do homem pelo homem.

É nesse contexto que surge a Economia de Comunhão (EdC), baseada na mentalidade construtiva da partilha (Cultura da Partilha) e objetivando a redescoberta do amor ao próximo, como alternativa a essa maneira egoísta de agir.

Por suas características, a EdC tem transformado a economia em sua essência, inovando-a, orientando-a para o campo social, colocando-a inteiramente a serviço do homem, dado que pretende vir a ser um modelo econômico revolucionário que não visa o lucro em prol de si mesmo, mas ao bem estar do outro e que se desenvolve a partir de pessoas que são capazes de desprender-se e viverem na época contemporânea, a mesma realidade de “um só coração e uma só alma. Ninguém considerava propriedade particular as coisas

que possuía, mas tudo era posto em comum entre eles” (At 4, 32) vivida pelos primeiros cristãos.

Dessa forma, a EdC direciona-se à promoção do homem em três dimensões diversas, mas inter-relacionadas:

a) Social porque reaviva nos indivíduos a esperança de que é possível instaurar, sob bases mais profundas as relações interpessoais, seja na família, no trabalho, na vizinhança, etc.

b) Econômica porque busca a integração, a promoção e a organização de ambientes de trabalho baseados em princípios de solidariedade e igualdade;

c) Religiosa porque mostra que a plenificação verdadeira está enraizada na busca do bem comum para todos.

Esses elementos, marcados pela busca da felicidade humana como uma finalidade, em seus diversos níveis, são a razão deste estudo. Ao oferecer para discussão achados que envolvam esses elementos, espera-se contribuir para uma discussão sobre os reflexos da predominância da Cultura da Partilha frente a cultura consumista.

Nessa direção, investigou-se a EdC como alternativa à economia de exploração. Esta é a questão geradora do estudo baseada sempre na hipótese de que a partilha deve ser uma finalidade enquanto prática nos mais diversos campos do relacionamento humano.

Portanto, entendemos que abordar a problemática do relacionamento, implica a existência de sujeitos e contextos que caracterizam não só as consultas bibliográficas, como também nossa posição diante dela. Em nosso ponto de vista, o fenômeno de mudança em um dado tipo de relacionamento pode ser estudado sob diversos enfoques e leituras, sem que a escolha de um caminho represente o distanciamento das demais. Ao fazer uso do conhecimento adquirido no decorrer de nossa formação e, especialmente no Curso de Licenciatura Plena em Ciências

da Religião, do Instituto Teológico e Pastoral de Itapipoca, estamos também definindo o lugar em que situamos nosso discurso sobre a temática em questão.

Assim, os primeiros levantamentos, conversas informais, leitura de livros, artigos e revistas, revelaram um grande interesse pelo problema, notadamente nos escritos de Araújo (1999), Ferruci (1994), Baggio (1999), Sorgi (1992), Motta (2001), Benites (2003) e David (1999), que serviram de fundamentação teórica para este trabalho.

O ponto de partida foi a investigação das possibilidades da EdC, enquanto alternativa aos atuais sistemas econômicos na implantação de uma nova cultura onde a força motriz é a partilha.

Portanto, após essas considerações iniciais, procuramos inscrever as investigações aos pontos que se seguem: as perspectivas de realização humana na cultura consumista; a visão social da Igreja Católica sobre a partilha; o processo de criação, implantação e desenvolvimentos da EdC. Esses pontos nos parecem importantes, pois se referem diretamente ao problema que nos dispomos a estudar, e relevantes por se tratarem de uma temática que diz respeito à humanidade como um todo.

Diante desta problemática, agora um objeto de estudo definido, pretendeu-se investigar a Economia de Comunhão, através de uma pesquisa exploratória, de caráter bibliográfico e documental, uma vez que o estudo se realiza em área na qual há pouco conhecimento disponibilizado e sistematizado, tendo como objetivo geral: verificar a possibilidade de “humanização” da economia através da partilha; e como objetivos específicos: identificar as relações predominantes nas sociedades atuais; refletir sobre a visão da Igreja Católica a respeito do uso dos bens; caracterizar a EdC como alternativa ao atual modelo econômico predominante; distinguir a importância da partilha na solução dos problemas gerados pela exploração.

Assim, este estudo foi dividido em quatro partes:

No primeiro capítulo, denominado “Consumismo: perspectiva de realização”, abordamos os tipos de relações existentes no capitalismo, fazendo uma reflexão a partir dos escritos de diversos autores.

No segundo capítulo, intitulado “A distribuição de bens na visão social da Igreja Católica”, buscamos uma releitura da distribuição de bens tendo como base o Novo Testamento.

No terceiro capítulo, denominado “Economia de Comunhão na liberdade”, tratamos da EdC, eixo central do trabalho, enquanto modelo originado na Cultura da Partilha, de seu projeto, histórico, diretrizes e desenvolvimento.

Finalmente são apresentadas as considerações finais.

CAPÍTULO I

1. CONSUMISMO: PERSPECTIVA DE REALIZAÇÃO?

As transformações advindas com a modernidade prepararam o caminho para o individualismo, para o egoísmo, para uma busca desenfreada do próprio interesse, em que a satisfação é meta prioritária, dando origem a uma sociedade que tem como modelo a “*cultura do ter*”.

A necessidade de satisfação e realização faz do homem, muitas vezes, um mero expectador da história em que sua opinião é absorvida pelos meios apelativos de solução rápida e eficaz, tornando-o uma peça secundária do sistema capitalista reinante.

O homem na procura de se autopromover, deixa à margem valores éticos e cristãos que seriam necessário para seu desenvolvimento e concentra sua determinação somente naquilo que ele julga que seja “*felicidade*”, não observando os meios para alcançar tal objetivo.

“A experiência dos anos mais recentes demonstra, pelo contrário, que se toda a massa dos recursos e das potencialidades, postos à disposição do homem, não for regida por uma intenção moral e por uma orientação no sentido do verdadeiro bem do gênero humano, volta-se facilmente contra ele para o oprimir”. (SOLLICITUDO REI SOCIALIS, 1990:48).

Na condição pós-moderna associa-se bem estar pessoal com qualidade de vida, a partir da aquisição de bens de uso e consumo, tornando-se evidente que o projeto ideológico-cultural do capitalismo é persuadir as pessoas a consumir mais do que é necessário para que se mantenha a produção sempre elevada. Observa-se como o ser humano é usado como meio para se alcançar um fim. Todo esse bombardeio publicitário e ilusório só funciona diante da fragilidade do ser humano que procura fora de si as respostas da sua existência,

sobretudo porque o mesmo está inserido num contexto de morais e valores que apontam como felicidade a necessidade de possuir bens.

A seguir iremos tentar discutir a influência dos meios de comunicação e seu poder de indução nesse “*modus vivendi*” num primeiro item e, em seguida, refletir sobre o papel do capitalismo nas estruturas organizacionais das relações entre os indivíduos.

1.1. Os meios de comunicação e o poder da indução

Uma das principais características dos meios de comunicação no Brasil, hoje, é a manipulação da informação. Nunca a tirania das imagens e a submissão alienante foram tão fortes quanto se presencia atualmente.

O principal efeito dessa manipulação é que os meios de comunicação não refletem o real. A maior parte do material que esses meios oferecem ao público tem algum tipo de relação com os acontecimentos. Mas essa relação é indireta e distorce o significado dos mesmos. Parece que a informação é vista como referência apenas para apresentar “*outra realidade*”, irreal. Mostra um aspecto “*artificial, não-real, irreal*”, criado e desenvolvido pelos meios de comunicação e apresentado “*no lugar*” da realidade existente.

Assim, a sociedade é cotidianamente colocada diante de uma situação criada e que se contradiz, se contrapõe e freqüentemente domina a realidade em que se vive e se conhece. Como a sociedade é fragmentada no indivíduo, somente ele, isoladamente, percebe a contradição quando se trata daquela realidade na qual é testemunha ou agente direto, e que, portanto, conhece. Dessa forma, a imensa parte do irreal é captado através do que é criado pelos meios de comunicação; essa é, justamente, a parte da realidade que ele não percebe diretamente, mas aprende por conhecimento.

Portanto, pode-se supor que cada indivíduo tem, isoladamente, uma imagem da realidade, que na sua quase totalidade, “*não é real*”. É diferente e até oposta àquela primeira. Assim, a maior parte dos indivíduos move-se num mundo que não existe e que é artificialmente criado justamente a fim de que ele viva nesse mundo irreal.

Dessa forma, as informações forjadas se transformam em manipulação da realidade.

1.2. Os padrões de manipulação

A manipulação da realidade, pelos meios de comunicação, ocorre de várias e múltiplas formas. Porém, ressalta-se que essa manipulação não ocorre com todo o processo de aquisição do conhecimento, mas é ela quem marca a essência do procedimento geral da produção da informação.

Essa característica pode ser observada através da identificação das formas mais comuns de manipulação. No vasto setor da comunicação brasileira, é possível distinguir pelo menos quatro padrões de manipulação a seguir delineados.

1.2.1. Padrão de Ocultação - É o padrão que se refere à ausência ou à presença dos fatos reais na produção da informação. Não se trata do desconhecimento, e nem mesmo de omissão diante do real. É, ao contrário, um deliberado silêncio sobre determinados fatos da realidade.

A ocultação do real está intimamente ligada àquilo que freqüentemente se deseja transmitir. A concepção predominante entre os órgãos de comunicação é a existência de informações que devem ser amplamente divulgadas e outras que devem ser guardadas ou divulgadas de forma fragmentada. Evidentemente, essa concepção acaba por funcionar, na prática, como uma ocultação, por parte

dos meios de comunicação, dos fatos que não lhes interessa ser do conhecimento da população.

O real dessa forma oculto, passa a compor o mundo fictício da informação manipulada, embora se saiba que é o interesse social pelo fato que dá origem a necessidade de veiculação. Portanto, é a própria sociedade, pautada em valores externos, que permite tal ocultação.

Por isso é que no “*Padrão de Ocultação*” a informação torna-se caráter decisivo na manipulação da realidade: tomada a decisão de que um fato não deve ser divulgado, não há a menor chance de que o indivíduo tome conhecimento de sua existência, através dos meios de comunicação. O fato real foi eliminado da realidade, ele não existe. O fato real ausente deixa de ser real para se transformar em imaginário. E o fato ficcional, passa a tomar o lugar do fato real, e a compor, assim, uma realidade artificial, criada pelos meios de comunicação.

1.2.2. Padrão de Fragmentação - O Padrão de Fragmentação implica duas operações básicas: a seleção das particularidades do fato e a descontextualização. Eliminados os fatos definidos como “*não divulgáveis*”, o que resta é apresentado pelos meios de comunicação ao indivíduo não como uma realidade, com suas estruturas, sua dinâmica e seus movimentos e processos próprios, suas causas, suas condições e suas conseqüências.

A seleção dos fatos a serem divulgados obedece a princípios semelhantes aos que ocorrem no Padrão de Ocultação. Embora tenha sido escolhido como um fato de informação e, portanto, digno de merecer a veiculação, o fato é decomposto, dividido, em particularidades e os meios de comunicação selecionam os que apresentará ou não ao público. Novamente, os critérios para essa seleção não residem necessariamente na natureza ou nas características do fato, mas sim nos interesses dos órgãos de comunicação.

Isolados como particularidades de um fato, a informação perde todo o seu significado original ou recebe outro significado, diferente e mesmo antagônico ao significado real original.

A fragmentação da realidade e a descontextualização dos fatos que devem ser divulgados são essenciais à distorção da realidade e à criação artificial de uma outra realidade.

1.2.3. Padrão da Inversão - Fragmentado o fato, entra em cena o Padrão da Inversão, que opera o reordenamento das partes, a troca de lugares e de importância dessas partes, a substituição de umas por outras e prossegue com a destruição da realidade original e a criação artificial de uma outra.

Há várias formas de inversão. As principais são:

a) - Inversão da relevância dos aspectos: o secundário é apresentado como o principal; o particular pelo geral; o detalhe pelo essencial.

b) - Inversão da forma pelo conteúdo: a informação passa a ser mais importante que a ação; o tempo e o espaço predominam sobre a compreensão; o visual sobre o fato e, por fim a ficção sobre a realidade.

c) - Inversão da versão: não é a ação que importa, mas a versão que dele se faz. Frequentemente, os meios de comunicação sustentam suas versões mesmo quando os fatos as contradizem.

d) - Inversão da Opinião: Esta inversão implica em substituir, inteira ou parcialmente, a informação pela opinião. Nesta inversão, o indivíduo já não tem mais diante de si o fato tal como aconteceu, mas sim uma opinião determinada do acontecimento, porque o seu conhecimento lhe foi oculto e negado.

1.2.4. Padrão da Indução - Para explicitar este padrão é necessário repetir: o que torna a manipulação um fato característico dos meios de comunicação é que a combinação das informações submete a população à condição de ser excluída da possibilidade de ver e compreender a realidade e a consumir uma outra realidade, artificialmente inventada. Isso é o que se chama Padrão de Indução.

Submetido aos demais padrões de manipulação, “o indivíduo é induzido a ver o mundo como ele não é, mas sim como querem que ele o veja”. O Padrão de Indução é, assim, o resultado final da articulação combinada de outros padrões de manipulação.

A indução se manifesta pelo ordenamento ou contextualização dos fragmentos da realidade, por aquilo que é dito sem ser falado, pela ausência de segmentos do real.

Alguns assuntos jamais, ou quase nunca, são tratados pelos meios de comunicação, enquanto outros aparecem quase todo o dia. Alguns segmentos sociais são vistos pelos meios de comunicação apenas sob aspectos superficiais. Alguns aspectos são sistematicamente lembrados nas matérias sobre determinados grupos sociais, mas igualmente evitados de forma sistemática quando se trata de outros. Depois de distorcida, retorcida e recriada a realidade é ainda assim dividida pela realidade do *Bem* e realidade do *Mal*, e o indivíduo é induzido a acreditar que assim será eternamente, sem possibilidade de mudança.

1.3. O indivíduo e o capital

Nunca, como hoje, se enfatizou tanto a importância dos direitos humanos, a necessidade do respeito à vida humana, de uma relação harmônica com a natureza, de uma recuperação dos verdadeiros valores. De outro lado, nunca foi tão disseminada a consciência de que há uma enorme confusão na área dos valores. Em todas as dimensões da vida social, valores que antes eram considerados sólidos e estáveis sofreram profundos abalos. Há uma sensação geral de insegurança. Parece que a sociedade não tem mais certeza do que é bom ou mau, correto ou incorreto. E, sobretudo, parece que os valores que mais se impõem são os de caráter individualista e utilitário. Aspira-se a um mundo justo, solidário e humano, mas parece que estes valores se tornam cada vez mais distantes CRUZ (1999).

Este é o fundamento desta forma de sociedade capitalista. Uma ordem social que, tendo alcançado a possibilidade de criar riquezas capazes de satisfazer as necessidades de todos, vê-se impossibilitada de atender essa exigência. E que, para manter-se em funcionamento, precisa impedir o acesso da maior parte da humanidade à riqueza social. Em vez de impulsionar a humanidade no sentido de uma elevação material e espiritual o que se vê é uma intensa e crescente degradação da vida humana.

A oposição entre estes dois momentos é algo da natureza desta forma de sociedade capitalista.

Partindo do pressuposto de que o trabalho significa relacionamentos – do homem com a natureza; do homem com outros homens –, podemos constatar que o ser humano é um ser criativo, social, consciente, livre e universal. Portanto, aquilo que permitir ao homem expandir as suas potencialidades, construir um mundo adequado a uma vida digna, criar bens que possam atender as suas necessidades (material e espiritual), participar, de modo cada vez mais consciente, do processo histórico, sendo seu sujeito efetivo, terá um caráter positivo. Tudo que se transformar em obstáculo a esse andamento, terá um caráter negativo.

Se confrontarmos esses dois critérios, poderemos com facilidade confirmar a decadência que marca a atual forma de relação social.

Não se pode negar que no decorrer da história humana, houve um enorme desenvolvimento das forças produtivas. E que houve inúmeros avanços científicos e tecnológicos, que resultaram no melhoramento da vida de um número significativo de pessoas.

Vale ressaltar, contudo, que foi no processo de transformação da natureza que se fizeram sentir esses progressos, mas que também contribuíram para a reprodução do capital. Exatamente porque foi nesse processo que se fundamentaram os aspectos que mais contribuem para a produção de mercadorias, o que é uma exigência da própria dinâmica do capital.

Contudo, esse desenvolvimento científico e tecnológico não tem contribuído para melhorar a vida de *toda* a humanidade e tem sido também um fator de degradação profunda da vida humana. Basta lembrar dos avanços no campo da medicina. Sob o aspecto científico e tecnológico são enormes, enquanto sob o aspecto da socialização, distribuição desses benefícios, somente uns poucos podem usufruir desses avanços.

O agravamento crescente dos problemas sociais confirmam que a dinâmica desta ordem social não vai ao sentido de ampliar, mas de diminuir o acesso aos avanços da humanidade. Se houve períodos de elevação do padrão de vida, da maioria da população de alguns países, também houve, do ponto de vista do conjunto da humanidade, um crescente retrocesso em outros.

Mas, não é apenas no âmbito da produção e do acesso à riqueza material que se verifica essa desumanização. É na degradação do conjunto da vida humana, na crescente mercantilização de todos os aspectos da realidade social; na transformação das pessoas em meros objetos descartáveis; no individualismo exagerado; no rebaixamento da humanidade à condição de aceitar a exploração do homem pelo homem sob a forma capitalista, como patamar mais elevado da realização humana.

Sabemos que a exploração do homem pelo homem é da natureza do capitalismo. E que, portanto, a desumanização da vida humana está sempre presente, independente de qual seja o momento histórico.

Em resumo, esta forma de relação social já não tem mais como abrir novos horizontes para a totalidade da humanidade. A concentração brutal da riqueza em pouquíssimas mãos e o cinismo dos que a detêm são apenas os aspectos mais visíveis desse fato.

Contudo, de algumas décadas para cá, este contexto ganhou contornos muito particulares. Com a crise do capital, aquilo que era um processo de transformação se tornou numa perspectiva catastrófica, no sentido de que os caminhos pelos quais o capital vem conduzindo a humanidade, colocam

claramente em perigo a própria sobrevivência dela. A devastação da natureza e a violência, cuja matriz é a absurda concentração da riqueza em poucas mãos, levarão, fatalmente, a humanidade pelo caminho da sua destruição.

Diante desse quadro assustador, o que se passa no terreno dos valores é uma distância cada vez maior entre o discurso e a realidade objetiva. (Enquanto o primeiro aponta para a solidariedade, ajuda, bem comum, justiça e etc.), a última vai ao sentido oposto, aprofundando a degradação da vida humana através da exploração do homem pelo homem. Esse discurso é feito tanto no sentido de exigir um comportamento ético, quanto no sentido de buscar novos fundamentos para a justiça social ou de alcançar o desenvolvimento sustentável, que tenha entre seus pilares o objetivo de uma vida realmente digna para todos (GASPAR, 2000).

Colocando de uma outra maneira, pode-se dizer que a consequência disso é uma ampliação das diferenças entre valores. Enquanto na realidade objetiva tudo é tratado, inclusive os indivíduos, como coisas, no plano dos valores éticos, o inverso é verdadeiro, as coisas estão subordinadas às necessidades dos indivíduos. O que leva a pensar, por exemplo, que se nos conscientizarmos de que temos de ser solidários, justos e pacíficos, o mundo se tornará solidário, justo e pacífico.

Para esclarecer essa contradição podemos confrontar os valores a partir das relações existentes no interior de cada segmento. Primeiramente, qual seria o valor que rege a relação social capitalista? Parece não haver dúvida de que é a produção de mercadorias e, portanto, a reprodução do próprio capital. Prossequindo, o que a ética dominante valoriza prioritariamente? A vida humana, na sua forma mais digna possível. Portanto, fica claro que esses valores, tanto da ética quanto da realidade objetiva, são incompatíveis. A produção nos moldes capitalistas, cuja base é a compra e venda de mão de obra, implica, necessariamente, na transformação do homem em mercadoria e, portanto, a manutenção da exploração do homem pelo homem. A consequência disto é a valorização exagerada do ter (materialismo) em detrimento ao ser (espiritualismo).

Admitido esse pressuposto, a única possibilidade de se estabelecer valores compatíveis à convivência social mais igualitária seria a humanização da realidade objetiva através de uma ética voltada ao ser.

Como já vimos, é da natureza capitalista a existência de uma questão entre a realidade objetiva e os valores éticos. Como falar em respeito à vida, em tratar as pessoas como fins e não como meios, em preocupação com a natureza e o bem-comum, em desenvolvimento integral do homem quando a realidade objetiva se encaminha em rumos totalmente opostos: pessoas tratadas por números, como mecanismos de produção, devastação da natureza, desigualdade na distribuição das riquezas produzidas?

Argumenta-se, muitas vezes, que nunca, como hoje, houve tanta preocupação com os direitos humanos, com as questões ecológicas, com a problemática ligada à qualidade de vida e ao espaço público.

No entanto, talvez um dos aspectos mais relevantes das relações sociais hoje existentes, seja o fato de que a oposição à exploração do homem pelo homem, que impossibilita uma vida efetivamente digna, se expresse sob a forma que interessa à reprodução dessa mesma ordem social. Vale a pena acentuar: essa ética se opõe a desumanização da vida. A lógica do capital, tomada na sua pura dimensão econômica, em pouco tempo, levaria à destruição do próprio capital (COELHO, 2003). Como se sabe, o “desejo” mais profundo do capital, seria destruir aquele que o produz, mas é necessariamente seu adversário, o próprio trabalhador. Além das lutas dos que se opõem ao capital, são as outras dimensões sociais, entre as quais a ética, que impedem que essa lógica se realize de modo direto. Constituem elas uma espécie de freio, que, como no caso de um veículo, não impede que este se mova, mas lhe impõem um certo ritmo. É exatamente nisso que reside a funcionalidade para a reprodução do capital. Permitir que ela funcione sem perder a sua natureza essencial, mas também sem deixar que as suas contradições internas apareçam com toda a sua força.

Baseados numa compreensão do ser social e numa análise da sociedade capitalista é possível afirmar que a oposição entre a realidade objetiva e os valores é superável. Mas, somente na medida em que houver uma *radical* transformação da atual estrutura social. Ou seja, na medida em que for instaurada uma outra forma de relação social fundada no coletivismo. Somente a superação da propriedade privada e a instauração de uma forma de relação cujo fundamento seja o trabalho associado, possibilitará ao discurso ético deixar de ser apenas um discurso abstrato para se tornar vida real (ADAMS, 2001).

Considerando, pois, a possibilidade de um mundo para além do capital, toda discussão sobre valores éticos tem que ter como ponto de partida o questionamento da propriedade privada. Toda discussão que desconheça que a lógica do capital é o fundamento dessa forma de relação social hoje existente, é uma discussão fadada ao fracasso. É compreensível que os antigos buscassem como viver numa sociedade fundada sobre a propriedade privada. Isto porque eles não tinham como compreender a matriz que se constituía no fundamento da injustiça e muito menos a conexão entre o trabalho sob a forma da propriedade privada e o universo dos valores éticos. Mas, depois que foram desvendadas essas questões, não há mais como deixar de tomá-las como ponto de partida. Qualquer exemplo mostra isso com clareza. Um deles seria, como discutir acerca do respeito à vida humana, acerca de uma vida realmente digna e cheia de sentido sem por em questão a prática capitalista dessa sociedade, responsável por tornar o ser humano numa mercadoria?

Portanto, antes de qualquer discussão ética, é preciso responder a pergunta: é possível a superação da sociedade regida pelo capital? Se a resposta for negativa, então não haverá como superar as diferenças entre a realidade objetiva e os valores. Se a resposta for afirmativa, então estará aberto o caminho para pensar uma humanização do processo produtivo que possa vir a tornar-se concreta.

No primeiro caso, a ética é um dos lados do capital. Situa-se no interior da ordem do capital. Por isso, jamais poderá deixar de ser uma ética alienada e alienante.

No segundo caso, compreendendo os obstáculos postos pelo capital à autêntica realização humana e as possibilidades apontadas pelo trabalho, a ética é apenas um momento que aponta para uma forma de sociedade onde ela possa se tornar concreta (SERAFIM, 2001).

Em resumo, podemos dizer que a humanização da produção e o capitalismo se excluem. Se por humanização entendemos aqueles valores que elevam o indivíduo a superar a esfera da particularidade para conectar-se com a universalidade do gênero humano, e se a sociedade regida pelo capital está fundamentada no interesse particular, então não há como conciliar estas duas dimensões. Se isto é verdade, duas constatações se impõem. Primeira: toda tentativa de priorizar a humanização no interior desta forma capitalista de sociedade contribui para a reprodução dessa ordem social essencialmente injusta. Segunda: a fundamentação de qualquer humanização autêntica tem de ser precedida pela demonstração da possibilidade e necessidade de superação da exploração do homem pelo homem.

2. DISTRIBUIÇÃO DOS BENS NA VISÃO SOCIAL DA IGREJA

A Doutrina Social da Igreja Católica ultimamente tem se condicionado à formulação de todo um pensamento sobre uma realidade social em permanente mutação abrindo espaços para que novos modelos de configuração da sociedade não deixem de reconhecer a sua dimensão subjetiva.

Do centro da visão social da Igreja Católica, partem fundamentações que objetivam novas relações entre os homens: na destinação universal dos bens; na organização da produção; na socialização como fator de personalização; na reciprocidade e outros.

Todas essas instâncias devem ser articuladas obedecendo a um mesmo critério: a preservação da dignidade do homem. Revela-se assim o desígnio de Deus que desvenda o sentido da criação: o amor. Todo esforço no sentido de elevar o homem à condição de igualdade em relação a seu próximo, prepara os céus novos e a terra nova. Todo progresso realizado pelo homem nessa direção se encaminha ao advento do Reino, dom puro e soberanamente gratuito do Deus, rico em misericórdia e Redentor do homem.

“Uma espiritualidade da partilha assumida em significação total revela ao homem o lugar que ocupa no desenvolvimento do Reino de Deus”. (BIGO, 1982)

Com esta mensagem dedicada ao homem, a doutrina social da Igreja Católica vem revelar a visão personalista que lhe faltava, vem oferecer-lhe caminhos que levam à humanização, à reciprocidade, à fraternidade, ao amor ao próximo – elevação espiritual obtida pela partilha, pela comunhão, pela

supremacia do homem sobre as coisas e do Reino de Deus sobre o progresso terreno.

2.1. O uso dos bens no Novo Testamento

A prática cristã no contexto da Sagrada Escritura deixa sempre transparecer que a partilha é a essência da vida cristã. A preocupação com a igualdade e a fraternidade era exemplificada através dos atos concretos da vivência de Jesus, na qual Ele priorizava o necessitado tendo por ele predileção (BOZZETTO,2001).

Segundo o evangelista Lucas, o homem deveria manter sua atenção voltada para os bens espirituais, aqueles imperecíveis que nada e ninguém destrói. Sobretudo porque a aquisição dos bens materiais necessários para a sobrevivência, se não fosse precedido pela busca do Reino, tornava-se algo que escravizava e oprimia o homem. Jesus mostra que é desnecessário acumular bens, com a finalidade de assegurar a própria vida. Pois só Deus pode dar ao homem a riqueza que é a própria vida.

Do meio da multidão, alguém disse a Jesus:

“Mestre, diz a meu irmão que reparta a herança comigo”. Jesus respondeu: “Homem, quem foi que me encarregou de julgar ou dividir os bens entre vocês?” Depois Jesus falou a todos: “Atenção! Tenham cuidado para muitos anos; descanse, coma e beba, alegre-se!” Mas Deus lhe disse: ‘Louco! Nesta mesma noite você vai ter que devolver a sua vida. E as coisas que você preparou, para quem vão ficar?’ Assim acontece com ajunta tesouros para si mesmo, não é rico para Deus” (Lc 12, 13-21).

O Evangelho de Lucas apresenta o grande questionamento do povo em relação o que eles deviam fazer para provar que haviam se convertido e que estavam preparados para esperar o Messias. João Batista, respondendo às indagações do povo, convida a todos para uma mudança radical, sobretudo porque a fé teórica nada adiantaria se não estivesse interligada com ações e atitudes concretas.

As multidões perguntavam a João:

“O que é que devemos fazer?” Ele respondeu: ‘Quem tiver duas túnicas, dê uma a quem não tem. E quem tiver comida, faça a mesma coisa.’ Alguns cobradores de impostos também foram para ser batizados, e perguntaram: “Mestre, o que devemos fazer?” João disse: ‘Não cobre nada além da taxa estabelecida.’ (Lc 3,10-13)

No livro, Atos dos Apóstolos, o Evangelista Lucas apresenta a primeira comunidade cristã, que dá testemunho da união com Deus, através da oração e propõe um novo modelo de sociedade na qual a fraternidade substitui a opressão do poder e a partilha dos bens supera a exploração já tão freqüente àquela época.

“Eram perseverantes em ouvir os ensinamentos dos apóstolos, na comunhão fraterna, no partir do pão e nas orações. (...) Todos os que abraçaram a fé eram unidos e colocavam em comum todas as coisas; vendiam suas propriedades e seus bens e repartiam o dinheiro entre todos conforme a necessidade de cada um”. (At 2, 42.44-45)

No capítulo 21, nos dizeres de Lucas (1-4), Jesus faz referência a verdadeira atitude religiosa:

“Erguendo os olhos Jesus viu pessoas ricas que depositavam ofertas no Tesouro do Templo. Viu também uma viúva pobre que depositava duas pequenas moedas. Então disse: ‘Eu garanto a vocês: essa viúva pobre depositou mais do que todos, pois todos os outros depositaram do que estava sobrando para eles. Mas a viúva, na sua pobreza, depositou tudo o que possuía para viver’”.

fato a forma da subjetividade: egoísmo e exploração estão sempre em jogo". (HEGEL, 1995:86-87)

A concentração do poder econômico, a degradação da natureza, a infelicidade visível aos olhos de todos exigem um rigoroso questionamento da cultura econômica dominante, que determina as opções dos cidadãos, o comportamento do meio empresarial e da prática administrativa. A sociedade contemporânea caracterizada por falsos valores e sujeita do sistema opressor organiza-se de tal forma que uma minoria obtenha o máximo para obtenção do mínimo.

Diante desse modelo, constata-se com maior frequência, a exigência de uma mudança cultural profunda, que possibilite um desenvolvimento diferenciado, sobretudo na visão econômica.

Possuir bens em função das próprias necessidades, desempenhando suas capacidades em produzir é uma característica peculiar do ser humano. No entanto Jesus traz algo novo, que transcende o humano, pois vai além da necessidade de cada um, para projetar-se na existência do outro, dando origem a fraternidade universal, possibilitando que os bens sejam utilizados de modo que todos tenham acesso a eles.

“Deus destinou a terra com tudo o que ela contém para o uso de todos os homens e povos: de modo que os bens criados devem chegar eqüitativamente às mãos de todos, segundo a justiça, secundada pela caridade”. (GAUDIUM ET SPES, 1966:48)

A economia estará a serviço do homem, se a mesma se enraizar no quadro de humanismo, em que os valores espirituais readquiram a sua propriedade, de tal maneira que o uso dos bens econômicos seja orientado por um profundo direcionamento moral. Visto que, sem ele o ser humano não terá capacidade de superar o egocentrismo e não adquirirá a generosidade necessária para partilhar com os outros os próprios bens e ter a percepção do que seja o bem comum e a justiça distributiva.

3. ECONOMIA DE COMUNHÃO NA LIBERDADE

3.1. Cultura da partilha: origem e fundamentação

Os significados sugeridos pela terminologia “Cultura da Partilha” têm extensões na prática e no exercício dos ensinamentos sagrados pautados na doação desinteressada, no amor ao próximo.

Dessa forma, a “Cultura da Partilha”, contraposta a “cultura do ter”, é considerada propriamente a cultura do Evangelho: “Dai e vos será dado. Será derramado em vosso seio uma medida cheia, sacudida e transbordante” (Lc 6,38).

Essa verdade evangélica foi experimentada desde o início do Movimento dos Focolares, em 1943, na cidade de Trento (Itália), em plena Segunda Guerra Mundial. Quando um grupo de jovens descobriu que Deus era o único ideal que não passava e que nenhuma bomba era capaz de destruir.

Começaram a vivenciar as Escrituras Sagradas, com exclusividade o mandamento novo de Jesus, que diz: “amai-vos uns aos outros como eu vos amei” (Jo 13,34), fazendo desabrochar a comunhão dos bens que tinha como finalidade elevar a humanidade a uma condição de igualdade. Desde então a comunhão dos bens se tornou práxis vigente no Movimento dos Focolares,

segundo o exemplo das primeiras comunidades cristãs. Sobretudo porque a Cultura da Partilha aumentava a consciência social e gerava diariamente a intervenção divina que os primeiros cristãos chamavam de “providência”.

As palavras do Evangelho “Portanto, não fiquem preocupados, dizendo: o que vamos comer? O que vamos beber? O que vamos vestir (...) Buscai em primeiro lugar o Reino de Deus e a sua justiça, e todas estas coisas vos serão acrescentadas” (Mt 6, 31-33) eram fundamentais para aquelas jovens, devido a confiança que as mesmas depositavam na providência de Deus.

Deu-se início a experiência “surpreendente” do “dai e vos será dado” evangélico: “em plena guerra, víveres, roupas, remédios, chegavam com uma abundância incomum” (ARAÚJO,1999).

A comunhão de bens, nascida naquela pequena comunidade de Trento, fruto da prática dos ensinamentos de Jesus, alcançava proporções incalculáveis e aquele modelo teve sua expansão, alastrando-se por muitas nações, inclusive no Brasil.

O termo “Cultura da Partilha” teve sua origem nessa experiência realizada por Chiara Lubich, fundadora e presidente do Movimento dos Focolares e suas primeiras companheiras que descobriram na dor da guerra, o amor de Deus, que as impulsionavam a vivenciar com todo coração e toda alma aquilo que Jesus havia pregado e testemunhado: o amor ao próximo.

3.1.1. O desenvolvimento

Com o tempo a vocação social do trabalho se consolidou, na mesma medida da propagação do movimento no mundo. A presença em diversas partes do globo trouxe para o movimento novos desafios: convencer as comunidades locais da necessidade de enfrentar e resolver seus problemas, como ocorreu na primeira comunidade de Trento.

Em 1956 foram instituídos os “focolarinos” e os “voluntários”, que tinham, como ainda hoje o têm, a tarefa de “... construir uma nova sociedade” em torno dos quais, com o tempo, nasce e é desenvolvido o movimento “Nova Humanidade”. Difundindo-se nos cinco continentes, seus membros se propõem a viver segundo o espírito da unidade, transformando o ambiente de suas convivências: cada atividade, pessoal ou coletiva, dos membros do movimento é animar o desejo de criar um lugar na sociedade em que a Cultura da Partilha prevaleça, onde se possa superar as divisões e conflitos através da unidade.

Com desafio de renovar sempre segundo o espírito da partilha, outras filiais são implantadas nos anos seguintes.

Em 1966 nasce o movimento “*Gen*” (geração nova), como resposta às exigências profundas das mudanças que se desenvolveram entre os povos de todo o mundo: esta filial ensejará subseqüentemente um movimento juvenil “*Povos novos para um mundo unido*”, instituído em 1984 que promoverá uma série de atividades e iniciativas, em nível local e internacional, promovendo a Cultura da Partilha e da unidade no mundo.

Em 1967, o movimento adota a temática “*Famílias Novas*” e volta-se para a formação das famílias, para a sustentação das famílias, para a aceitação do idoso e para a defesa dos direitos das crianças e adolescentes.

Em 1970 é a época, então, da terceira geração dos focolares: meninos dos 9 aos 16 anos, animam o movimento “*Meninos para a unidade*”. Logo depois nasce, no âmbito eclesial, o *Movimento Paroquial*, a fim de renovar as comunidades com atividades para favorecer o diálogo e a unidade entre diversos organismos paroquiais, associações, grupos, movimentos e a propagação de uma Cultura da Partilha.

3.2. O movimento dos focolares hoje

O Movimento dos Focolares está presente hoje em 182 nações, distribuídos no mundo inteiro, conta com mais de cinco milhões de adeptos, de todas as idades, raças, origens, línguas, nações e religiões, além de pessoas sem referência religiosa que partilham valores desse ideal e também buscam a espiritualidade da unidade.

Todos unidos com um só propósito: a fraternidade e a unidade universal, no respeito das diversidades. A busca dessa unidade tem como alvo principal incentivar a Cultura da Partilha, primeiramente como uma ação particular de formação e depois como uma ação coletiva na partilha material dos bens com aqueles que se encontram em necessidade.

As ações de trabalho do movimento estão inseridas: no interior da igreja católica em suas diversas expressões (movimentos, grupos e associações); entre cristãos de diversas igrejas e comunidades (luteranos, ortodoxos, anglicanos, reformados), baseados nos princípios comuns da fé e da solidariedade; entre praticantes de outras religiões, unindo-se no conhecimento mútuo e nas ações comuns para a promoção da paz e da justiça; e com pessoas sem qualquer referência religiosa, mas que trabalham para a defesa dos valores da comunhão e para a propagação da Cultura da Partilha.

A fim de exemplificar tais ações, nos reportamos ao encontro internacional com hebreus, muçulmanos e pessoas de várias convicções no centro internacional de Castelo Gandolfo.



Fig.1: Encontro com os budistas



Fig.2: Encontro Inter religioso

Fig 3: Chiara e o imam Mohammed di Malcolm X

3.2.1. As atividades formativas do Movimento

No movimento dos Focolares o fundamento é a atividade da formação. Ela é realizada em ambientes bastante diversificados (variando do nível local ao internacional), pautada essencialmente na vida comunitária.

Numerosos são os instrumentos para a propagação e a formação de novas consciências voltadas ao espírito da partilha.

a) as convenções ditas *Mariápolis* que são realizadas anualmente em aproximadamente 70 países dos cinco continentes e contam com a participação de cerca de 100.000 pessoas. É uma importante atividade formativa realizada por especialistas através do ecumenismo, do diálogo inter-religioso e de escolas sociais.

b) as conferências via Internet, que são transmitidas periodicamente de Roma em conexão via satélite para centenas de redes televisivas, nacionais e regionais.

No curso dos anos, o movimento dos Focolares deu vida às chamadas *Mariápolis permanente*. Locais com casas, estradas, fábricas e escolas, que são o testemunho de uma sociedade nova que se funda na verdadeira expressão da liberdade e da igualdade social entre as gerações, as culturas e as religiões.

As características peculiares das *Mariápolis Permanente* são: a internacionalização, a diversidade étnica e vocacional, o desenvolvimento tanto de atividades produtivas quanto de atividades formativas de seus habitantes.

Nelas habitam famílias religiosas, povos novos e clérigos de cada nacionalidade e crença, que trabalham, estudam e pregam, guiados pela lei da partilha de cada riqueza cultural, espiritual e material.

Hoje, são 19 *Mariápolis*, difusas nos 5 continentes e distribuídas geograficamente nos países conforme a ilustração seguinte:



Fig.4: Distribuição geográfica no mundo das cidades do movimento dos focolares

A primeira cidadela instituída foi a de Loppiano, em Valdarno (Florença), em 1964, com os 900 habitantes de 70 nações, de diversas denominações cristãs e de outras religiões. Ergueu-se em 320 hectares adquirido através de doações e cuja atividade principal é a produção do vinho e óleo.

Mas foi no Brasil, na cidadela de Vargem Grande Paulista (*Mariápoli Ginetta*), que foi implantado o primeiro projeto piloto das experiências de “Economia de Comunhão”.

Essas pequenas cidadezinhas espalhadas pelo mundo, chamadas “Mariápolis”, lugares onde convivem pessoas de diversas nacionalidades e formações, todas imbuídas com o espírito de fraternidade e na disposição de partilhar bens materiais, espirituais e culturais, têm como objetivo fundamental testemunhar a vivência da unidade, com o propósito de servir de modelo para uma sociedade igualitária e justa.

O Movimento dos Focolares, na sua visão global – tal como João Paulo II o vê é “um povo”, expressão do grande povo de Deus, que caminha edificando a civilização do amor, com a finalidade de colaborar para a fraternidade universal, tendo como meta um mundo mais unido.

Do que se observou, pode-se inferir que a Cultura da Partilha não deve ser considerada, como um modelo de filantropia ou de assistencialismo – ambas virtudes individualistas –, mas deve ser vista como uma prática voltada exclusivamente para a coletividade. É importante ressaltar que nem todo ato de “dar” identifica-se com Cultura da Partilha.

Dessa forma, pode-se definir o fundamento da “cultura do dar” como um “paradigma interdisciplinar” da unidade, ou seja, é uma ação que abrange os mais variados aspectos que caracterizam o homem. O Movimento dos Focolares, na sua espiritualidade e na sua prática, constitui um exemplo vivo de como se aplica este paradigma no campo das relações interpessoais e sociais.

A “Cultura da Partilha” promovida pelo Movimento dos Focolares não é uma teoria abstrata; faz parte de todo um sistema de valores e comportamentos vivido por alguns milhões de pessoas das mais variadas culturas, e particularmente nas “Mariápolis”, pequenas cidadezinhas que testemunham esse jeito novo de elevação da condição humana através da partilha.

3.2.2. O Projeto da EdC

O fio condutor da comunhão de bens, na comunidade de Jerusalém, não consistia em tornarem-se todos pobres, mas o que se objetivava era fazer desaparecer a pobreza dos outros.

A partir desse posicionamento – de elevar o outro à condição de filho de Deus, visando seu auto desenvolvimento, integrando-o como parte da sociedade e construtor da história –, é que surge o projeto Economia de Comunhão na Liberdade, cuja inspiração é dada por Deus a Chiara Lubich em uma viagem que fez a São Paulo para visitar a comunidade brasileira que participava do Movimento dos Focolares.

Diante da situação caótica em que se encontrava o Brasil e em particular São Paulo, que de um lado constatava-se muita riqueza através de sua imensa floresta de arranha-céus, e do outro à margem, as favelas que eram comparadas a uma “coroa de espinhos” – denominação dada pelo então cardeal de São Paulo, Dom Paulo Evaristo Arns –, Chiara experimentou uma grande dor, sobretudo porque muitos dos que participavam do Movimento dos Focolares encontravam-se naquela situação, pois achava não ser admissível que em uma mesma família, referindo-se aos adeptos do movimento, existisse tanta disparidade: enquanto uns poucos tinham vida digna, muitos viviam na miséria.

Percebendo que somente o exercício da comunhão de bens – uma prática dos membros do Movimento desde seu início – não era suficiente para suprir as necessidades daqueles brasileiros que compartilhavam o seu ideal de unidade, sentiu a urgência de fazer algo para reverter àquela situação.

Observando todo aquele potencial econômico de São Paulo, com muitas indústrias, fábricas e cujo comércio era o motor regente daquela sociedade, entendeu que a partir do mercado econômico poderia existir uma solução para amenizar, ou até resolver o problema daqueles que estavam excluídos da sociedade, devido a condição financeira em que se encontravam. Verificava-se que a má distribuição de renda, característica daquela realidade, era consequência da falta de visão comunitária daqueles que conduziam a economia, sendo responsáveis por uma política que tinha como base somente o lucro e não o bem comum.

A proposta de Chiara Lubich, como alternativa a toda essa problemática, consistia na fundação de empresas que fossem conduzidas de maneira diferente possibilitando a prática da alteridade. Tais empresas, assim constituídas, teriam como finalidade fundamental a Partilha, conforme agiam as primeiras comunidades cristãs, assim descritas: “tinha tudo em comum (...) e não havia necessitado algum entre eles” (At 4,32-45).

A proposta afirmava que o mercado poderia tornar-se instrumento socializador, favorecendo quer a promoção de práticas de distribuição de riquezas quer a criação de um espaço econômico no qual fosse possível regenerar valores (confiança, credibilidade, benevolência) de cuja existência o próprio mercado depende.

A preocupação urgente da proposta era resgatar o que existe de mais genuíno no ser humano: a capacidade de se doar livremente, gratuitamente, com amor que se traduz em comunhão, em reciprocidade, aberto para o outro, satisfazendo tanto as suas necessidades quanto as do próximo.

“Ela opera para estimular a passagem da economia e da sociedade inteira de uma cultura consumista do ‘ter’ à cultura evangélica do ‘dar’, que junto aos lucros, produz a liberdade do homem e a sua plena realização”. (FERRUCCI,1994:16)

O projeto Economia de Comunhão na Liberdade pretende ser uma tentativa de “humanização da economia” e apresenta-se como uma alternativa econômica para a sociedade atual. A sua fortaleza está baseada na “Cultura da Partilha”, elemento que pode e deve modificar a atual dimensão econômica, transformando o relacionamento pautado na exploração e no lucro em uma prática de doação desinteressada, voltada unicamente para o bem estar de todos.

Essa proposta direciona-se à promoção de um modelo econômico alicerçado por pequenos e médios negócios nos mais variados setores. Nas atividades de gestão e gerenciamento, essas empresas baseadas na nova

economia devem procurar concretizar as recomendações da Doutrina Social da Igreja no campo da socialização da produção, consumo e trabalho.

Segundo Paulo VI na Encíclica Octogésima Adveniens: “A atividade econômica, que é necessária, pode ser uma fonte de fraternidade e sinal da providência se for posta a serviço do homem...”.

As características norteadoras das empresas são as seguintes:

- Comunidade de pessoas – em que a igualdade entre todos fosse visível, independente de papéis e funções desempenhados;
- Cultura do trabalho e dignidade do trabalhador;
- Repouso e saúde;
- Relações solidárias com a concorrência;
- Relacionamento de reciprocidade com os clientes e fornecedores;
- Lucro da empresa observando a legislação vigente;
- Preservação ao meio ambiente;
- Abertura à universalidade.

O sistema capitalista caracterizado pela ideologia liberal, que sublinhava a liberdade de iniciativa, a liberdade de mercado, a propriedade dos meios de produção, a livre concorrência, não satisfaz às exigências do homem contemporâneo, sobretudo porque resulta em um grande desequilíbrio social, dado que está intimamente ligado ao particular em detrimento do coletivo.

O sistema marxista, focalizando a questão dos objetivos da produção e destino dos bens, nega a propriedade privada, nega a liberdade de iniciativa, a liberdade de mercado e torna-se deficitário como modelo econômico para a sociedade pois que ao negar a liberdade no agir, nega também a identidade do indivíduo.

Dessa forma, a Economia de Comunhão significa uma superação desses dois sistemas. Primeiro, por adotar aspectos positivos da economia de mercado como a livre iniciativa, a propriedade dos bens de produção e o lucro,

mas diferenciar-se desta por colocar estes elementos a serviço de todos. Depois, por agregar a instância positiva do marxismo, que é a distribuição dos bens entre todos, mas distinta deste por objetivar a elevação do homem como um todo, não como uma classe.

O principal diferencial que distingue a Economia de Comunhão dos outros sistemas econômicos é o que a fundamenta: enquanto o capitalismo e o marxismo se fundam tão somente em princípios econômicos, a Economia de Comunhão tem como alicerce a “Cultura da Partilha”, uma nova forma de relacionamento abrangente, que vê o ser humano em sua totalidade. Esta distinção fica melhor esclarecida nas palavras de Chiara:

“...aqui está a novidade, *os lucros têm que ser divididos em comunhão*. Uma Economia de Comunhão tem que se constituir em um modelo, uma cidade-piloto. Também nós pensamos no lucro, mas devemos compreendê-lo, partilhá-lo, dividi-lo em comum”.

Os lucros, de que fala Chiara, segundo a intenção original, deveriam ser divididos uniformemente em três partes:

- a) Auto financiamento, a fim assegurar investimentos necessários ao desenvolvimento das empresas;
- b) Assistência, a fim de ajudar aos necessitados membros do Movimento;
- c) Formação, a fim de propagar a “Cultura da Partilha”, financiando a formação dos homens que compartilham, chamados “homens novos”.

“A Economia de Comunhão não se apresenta como uma nova forma de empresa, alternativa às que já existem; mas ela quer transformar por dentro as estruturas empresariais direcionando todos os seus relacionamentos intra e extra-empresariais à luz de um estilo de vida de comunhão”. (BAGGIO, 1999:42)

As empresas que aderem a esta nova concepção do fazer econômico empenham-se em:

- Destinar parte dos lucros para atender diretamente às necessidades mais urgentes de pessoas que estão em dificuldade econômica;
- Promover no próprio ambiente de trabalho e nos contatos com consumidores, fornecedores, concorrentes, comunidade local, administração pública, relações de abertura e confiança recíprocas, tendo sempre em vista o interesse global;
- Viver e difundir a “cultura do dar”, da paz e da legalidade, do cuidado com o meio ambiente, quanto à sua preservação.

Identifica-se como sendo uma economia espelhada não na luta para superar os outros, mas no compromisso de crescer junto com eles, empregando recursos e talentos em benefício daqueles que o atual sistema econômico insiste em excluir por não serem “produtivos”.

“A sociedade atual precisa de uma nova dimensão de um salto de qualidade, justamente no setor econômico, onde o aspecto material parece dominar o aspecto espiritual”. (FERRUCI, 1994:38)

Esta proposta econômica fundamenta-se na Doutrina Social da Igreja, destacando-se particularmente o aspecto da participação e da solidariedade, estimulando um posterior desenvolvimento da Doutrina em sentido o mais profundamente comunitário. Sobretudo porque aspira concretizar algo de extraordinária importância, oferecendo contribuição específica, com um grande destaque ao espírito de comunhão, extraído da mensagem evangélica que é a base de sustentáculo na qual toda a Igreja se nutre.

A Economia de Comunhão revitalizando os verdadeiros valores do homem, estabelece algumas diretrizes e abre novos horizontes no interior da Doutrina Social da Igreja; porque elimina da propriedade privada sua inclinação a estimular o consumismo, orientando-a ao seu estatuto natural que é: realizar a destinação universal dos bens, gerando trabalho e suprimindo as necessidades dos mais carentes.

O projeto Economia de Comunhão na Liberdade é um desafio cultural profundo, que objetiva fazer da ação humana uma ocasião de cooperação e os resultados econômicos, fruto da comunhão entre todos.

3.3.3. Diretrizes da ação econômica fundamentada na Economia de Comunhão

O homem que procura descobrir significados que ultrapassem o valor materialista de suas ações consegue transcender-se aos seus impulsos egoístas, se auto realizando na comunhão, na doação e na abertura com o outro.

Em sendo verdadeira esta afirmação, com base no proposto pelo projeto da Economia de Comunhão, em que a sociedade igualitária é fator preponderante e possibilitando a valorização do homem na sua totalidade, se faz necessário propagar e desenvolver a “Cultura da Partilha” nos vários segmentos da estrutura social, relatados a seguir, segundo seus níveis:

a) No nível das opções individuais:

- Aspirar a uma comunhão com outras pessoas, feita de reciprocidade, estima, respeito e partilha;
- Criar um estilo de consumo moderado e crítico, que respeite os recursos comuns da humanidade, desejando uma igualdade substancial com os outros;
- Usar a própria riqueza responsavelmente, afim de que ela sirva à promoção do bem comum;
- Ser presença ativa nas iniciativas econômicas para o bem social, gerando empregos e atendendo às necessidades da comunidade;
- Partilhar os próprios rendimentos e recursos com o próximo que esteja necessitado, num relacionamento de igual dignidade.

b) No nível das organizações produtivas:

- Tornar a atividade econômica um lugar de encontro entre todos os envolvidos no processo, conciliando as exigências de eficiência e rentabilidade;
- Possibilitar a participação ativa dos trabalhadores na vida da empresa, como parte integrante e essencial de seu desenvolvimento;
- Melhorar o ambiente no qual atuam sem ficar alheio ao bem comum e às necessidades urgentes das pessoas menos favorecidas;
- Estabelecer relacionamentos de abertura recíproca e de confiança com consumidores, fornecedores, concorrentes, administração pública, tendo a atenção voltada para o interesse geral;
- Promover e praticar o respeito pleno pelo Estado de Direito e pelo meio ambiente.

c) No nível dos projetos das instituições:

- Garantir a participação democrática de todos oferecendo também aos que não detêm o poder econômico a possibilidade de exercerem influência sobre as instituições;
- Responsabilizar-se afim de que os recursos naturais do planeta sejam usados levando em consideração as exigências de todos os seres humanos de hoje e, principalmente, os do futuro;
- Desenvolver as instituições, frisando as regras, leis que sejam capazes de conciliar as exigências da liberdade econômica com os objetivos da sociedade.

Toda atividade econômica que leve em consideração estas exigências poderá sugerir uma ação econômica que satisfaça às aspirações humanas, sobretudo porque não depende de quaisquer instrumento de opressão ou de exploração, mas torna-se um meio de sustentação, o trabalho transforma-se em auto-criação, auto-redenção e libertação.

“A Economia de Comunhão dá motivação e sentido lógico ao trabalho dentro da empresa, trabalho que na nossa estrutura atual é extremamente desgastante e poço humano. É uma luz, uma bússola, um leme que ajuda a ficar com os pés no chão, mas visando o transcendente”.(LIBHOLZ In: SORGI, 1992::28)

3.3.4. Histórico e desenvolvimento da EdC

Quando da visita ao Brasil, em 29 maio de 1991, no encontro com os habitantes da Mariápolis Araceli (Ginetta), Chiara Lubich se expressou dessa forma:

"...uma questão que devemos considerar atualmente é o aspecto social em nosso carisma; um carisma que tem muitas finalidades... mas que deve ajudar também a resolver o problema social... porque enfatiza uma verdade econômico-social: *A comunhão de Bens*... se todo o mundo agir dessa forma, as desigualdades sociais, a pobreza, a miséria, ... não mais existirão".

A um certo momento, no curso do encontro, Chiara enfatizou "urgência" em solucionar as primeiras necessidades – casa, moradia, saúde, e, quando possível, um trabalho para aqueles que não tinham.

Lançada então a proposta de *Economia de Comunhão*, Chiara convidou todos os membros do movimento no Brasil à adesão ("*nós somos pobres, mas muitos*"- diz), a fim de erguer, ao lado da cidadela, indústrias e empresas como forma de assegurar a produção de bens e trabalho digno.

A resposta ao projeto foi imediata através dos membros do Movimento dos Focolares, não só no Brasil, mas no mundo inteiro. Ainda durante a sua permanência no Brasil, tiveram origem as primeiras empresas da Economia de Comunhão: Spes e La túnica, ambas no ramo de confecções.

Na ocasião Chiara Lubich disse aos responsáveis do Movimento dos Focolares no Brasil: "Seria bom que surgisse esta cidadezinha com fábricas, chaminés, numa zona industrial situada ao lado da Araceli, formando com a Mariápolis uma única realidade. Era necessário, portanto, encontrar um terreno para estas empresas". Após uma interminável e persistente procura, o terreno foi encontrado a 4 km da Mariápolis Araceli, medindo 37 mil metros quadrados.

Em conformidade com as palavras de Chiara: "Somos pequenos, pobres, mas muitos", estudou-se a possibilidade de constituir uma Sociedade

Anônima, na qual todos poderiam dar sua parcela de contribuição, mesmo com um capital pequeno. Surgiu assim a Espri, como Sociedade por quotas de responsabilidade limitada e transformou-se em Sociedade por ações em agosto de 1993, com capital constituído por ações ordinárias e preferenciais. Assistia-se na ocasião a uma corrente de solidariedade, em que a disponibilidade, a criatividade, a generosidade do povo brasileiro foi dando forma a esse projeto. A partir dessas ações adquiridas por inúmeras maneiras criativas, foi possível iniciar a construção do primeiro galpão, que atualmente é instalada a La túnica (confeccção), e depois, os outros galpões para as demais empresas que atualmente compõem o Pólo Espartaco: Rotogine, Eco-Ar (produtos de limpeza), Prodiel (distribuidora de produtos hospitalares), Uniben, e AVN (fabricantes de embalagens de polietileno) (ARAÚJO, 1999).

Em 1992 foram elaborados alguns estudos sobre esta experiência e o próprio Papa João Paulo II, em Santo Domingo, indicou a urgência de uma Economia de Comunhão para superar o desnível entre o Norte e o Sul do planeta. Surgem empresas da Economia de Comunhão ao redor da Mariápolis Araceli e no mundo inteiro.

Em junho de 1995 acontece o Encontro Nacional dos Empresários ligados à Economia de Comunhão; Assembléia da Espri. O projeto se desenvolve tomando novo impulso.

Em maio de 1997, o vice-presidente do Brasil, Marco Maciel, visita a Mariápolis Araceli para conhecer de perto a experiência da Economia de Comunhão. Na ocasião o mesmo se manifesta afirmando:

“A Economia de Comunhão, idealizada por Chiara Lubich, é uma experiência que traz uma grande dose de humanismo nos relacionamentos econômicos, em um mundo em que domina o fenômeno da globalização. É um projeto que não busca a competitividade econômica, mas a equidade social, uma sociedade mais justa e mais humana”. (MACIEL, 1997:11)

Em maio de 1998 Chiara Lubich lança o Movimento por uma Economia de Comunhão, para desenvolver a doutrina econômica que estava surgindo a

partir da experiência das empresas da Economia de Comunhão. Nesse mesmo ano, mais de trezentas empresas no mundo inteiro remeteram seus lucros que, juntamente com a contribuição de todos os membros do Movimento – pois apenas os lucros das empresas ainda não eram suficientes – permitiram atender cerca de sete mil pessoas necessitadas. Repetiu-se assim, de certa forma, em nível mundial, a experiência da primeira comunidade de Trento, quando do início do Movimento dos Focolares (PARMENSE, 2002).

No mês de maio de 2000, a Economia de Comunhão é apresentada a políticos de todo o mundo num Congresso Internacional do Movimento da Unidade na Política. É apresentada também no primeiro Encontro Internacional do Cone Sul promovida pela Conferência Episcopal Latino-Americana. Em junho, é apresentada na Expo Internacional 2000 em Hannover (Alemanha) no Fórum para a Criação da Paz para a Humanidade do Século 21. Ainda em junho a Economia de Comunhão é exposta no Segundo Congresso Mundial sobre Business, Economia e Ética, realizado na Fundação Getúlio Vargas. Em agosto é difundida também na Organização das Nações Unidas (ONU) (SERAFIM, 2001) .

Em 2001, no mês de abril, realiza-se em Roma o Congresso Internacional de Agentes da Economia de Comunhão. Na ocasião, o Movimento recebe um novo impulso com a criação de escolas para o aprofundamento teórico e prático da Economia de Comunhão.

3.3.5. O projeto da EdC nos dias atuais

A experiência da EdC, demonstra que através da “humanização da economia” é possível desenvolver ambientes de trabalho, criar novos relacionamentos e produzir bens necessários.

O que, entre as outras coisas, é característica da Economia de Comunhão é a variedade das empresas que a ela aderiram.

Em nível mundial, o projeto alcançou significativo desenvolvimento contando hoje com 771 empresas atuando em diversos setores conforme quadro abaixo:

QUADRO 1 – Distribuição quantitativa das empresas que aderiram ao Projeto da Economia de Comunhão por Setor de Atividade.

SETOR DE ATIVIDADE	Nº	%
Indústria	201	26
Comércio	156	20
Serviços	332	43
Outros	82	11
TOTAL	771	100

Fonte: dados internos do Movimento

Quanto á ocupação temos que:

QUADRO 2 – Distribuição quantitativa das empresas que aderiram ao Projeto da Economia de Comunhão por Ocupação Funcional.

EMPRESAS POR OCUPAÇÃO	Nº	%
≤ 50 funcionários	736	95,5
Entre 51 a 100 funcionários	25	3,20
≥ 101 funcionários	10	1,30
TOTAL	771	100

Fonte: dados internos do Movimento

Classificando as empresas envolvidas na EdC segundo a sua constituição legal, temos que:

QUADRO 3 – Distribuição quantitativa das empresas que aderiram ao Projeto da Economia de Comunhão por Constituição Jurídica.

CONSTITUIÇÃO JURÍDICA	Nº	%
Sociedade por cotas e ações	200	26,0
Sociedade limitada ou companhias	58	7,5
Ong's	15	2,0
Sociedade mista (cooperativa)	30	4,0
Empresa particular	288	37,5
Outras	180	23,0
TOTAL	771	100

Fonte: dados internos do Movimento

Esta pequena amostragem já faz perceber o incremento que a EdC vem provocando na economia mundial tornando-se, em pouco tempo, uma alternativa viável aos sistemas tradicionais. Porém, não é só como alternativa que a EdC se tem expandido, ao contrário do capitalismo, por exemplo, ela funciona da mesma forma tanto nas regiões em que já possuem indicadores sociais característicos dos países considerados desenvolvidas quanto em regiões em desenvolvimento ou subdesenvolvidas.

Portanto, esse fato vem comprovar que a grande diferença entre o modelo adotado pela EdC e os demais sistemas não são os meios, mas os objetivos a que se propõem.

Enquanto outros sistemas objetivam o acúmulo de riquezas através da exploração da mão-de-obra, num relacionamento egoísta, e dos recursos naturais, sem a devida preservação, a EdC objetiva, através da “Cultura da Partilha”, elevar a mão-de-obra utilizada a uma condição digna, num relacionamento recíproco, e respeitar a natureza, utilizando métodos de produção ecologicamente “corretos”(BARAÚNA, 1999).

Nos resta ainda, em complemento à caracterização do projeto na atualidade: demonstrar alguns aspectos localizados a fim de que se possa ter uma visão menos abrangente das capacidades e finalidades da EdC.

Em 2002, das 90 empresas brasileiras que adotaram a Economia de Comunhão, 43 enviaram lucros para o Fundo Internacional, no qual se concentram os lucros de todo o mundo. Este Fundo Internacional recolhe as doações e se encarrega de fazer um levantamento das necessidades através de relatórios enviados pelos responsáveis do Movimento na região. Ressaltando que, em relação ao ano anterior houve um crescimento na participação das empresas brasileiras quanto a doação dos lucros: em 2002, 48% das empresas enviaram seus lucros, enquanto que em 2001 essa participação ficou em torno de 41%.

O Brasil, em 2002, apesar de ter enviado para o Fundo somente U\$ 51.691 (R\$ 142.703,00), recebeu o valor de U\$ 585.897. Esta quantia foi distribuída em todo o país atingindo 1.085 pessoas (U\$ 540 ao ano por pessoa,

que corresponde a U\$ 45 por mês), conforme as necessidades de cada região (extensão organizada de acordo com o Movimento), suprimindo 90% das carências, repartidos da seguinte forma:

QUADRO 4 – Distribuição quantitativa das empresas que aderiram ao Projeto da Economia de Comunhão por Setor de Aplicação de Recurso e Perfil de Ajuda.

APLICAÇÃO DOS RECURSOS	PERFIL DA AJUDA
Alimentação	56%
Estudo	15%
Assistência médica	16%
Habitação	12%
Outras necessidades	1%
TOTAL	100%

Fonte: dados internos do Movimento

Cada região de acordo com a divisão territorial do Brasil, específica do Movimento dos Focolares, foi atendida conforme abaixo:

QUADRO 5 – Distribuição quantitativa das empresas que aderiram ao Projeto da Economia de Comunhão por Regiões, Assistência e Valor.

REGIÕES	PESSOAS ASSISTIDAS	VALOR RECEBIDO (U\$)
Norte	226	134.786
Recife (BA/SE/AL/PE/PB/RN/CE)	449	202.946
Porto Alegre	158	65.643
Brasília	29	56.840
São Paulo	159	92.965
Mariápolis Ginetta	64	32.717
TOTAL	1.085	585.897

Fonte: dados internos do Movimento

Após esta breve descrição, nos parece importante, evidenciar as peculiaridades das empresas de EdC; somente isto permitirá uma maior compreensão do projeto, desde que a Economia de Comunhão "... é sobretudo uma experiência de vida passada às empresas" (SORGI, 1992).

Trata-se, na prática, de organizações em que o elemento verdadeiro da inovação não é a forma jurídica ou a atividade realizada (tendo em vista que elas,

neste aspecto, são iguais às outras), mas do estilo de gerenciamento e da maneira com que a mesma atividade econômica é realizada e vista.

Em tal sentido, o lucro que para muitas empresas é normalmente a finalidade da produção, nas empresas da EdC, transforma-se em um instrumento, com objetivo mais elevado: o da felicidade, que é bem diverso do conceito clássico econômico.

3.4. Depoimentos de pessoas assistidas pela EdC¹

Depoimento 1:

“Por causa de uma doença epidêmica nos suínos, o nosso açougue, especializado em carne suína, foi à falência. Fomos obrigados a contrair dívidas e não sabíamos mais como ir para a frente. Mediante a ajuda regular da EdC conseguimos ter com o que nos alimentar todos os dias. Entendi que também eu deveria ajudar quem precisava mais do que eu. Uma vizinha estava com câncer, sofria muito e tinha necessidade de ajuda, inclusive material. Eu a ajudei até o momento em que partiu para o Paraíso, e adotei o seu quinto filho, porque o pai não poderia mantê-lo, pois era muito mais pobre do que nós”. (FILIPINAS)

Depoimento 2:

“Meus pais, há trinta anos atrás, construíram um barraco em uma favela, onde viveram e cuidaram de nove filhos. O terreno não pertencia a eles, recebemos, junto com muitas outras famílias, a temida ordem de despejo. A solução teria sido comprar uma casinha em um bairro pobre, mas digno da minha família, porém o ambiente da favela não era propício para meus irmãos, por causa dos perigos da droga, do álcool, etc; Tínhamos um terço do necessário para a compra da casa e a Economia de Comunhão forneceu os mil dólares que faltavam. Assim realizou-se o sonho de minha mãe: ter uma casa com quartos e portas”. (BRASIL)

¹ Fonte: dados internos do Movimento

Depoimento 3:

“Sou lavadeira e tenho quatro filhos. Fiquei doente e não podia mais fazer trabalhos pesados. Com a ajuda da Economia de Comunhão, abri um pequeno comércio embaixo de minha casa, numa favela. Com um freezer, mandado pela providência, posso fazer gelo e ganhar um pouco mais. Sinto que devo partilhar esta providência com quem é mais pobre do que eu. Muitas vezes divido a metade do arroz, que seria o suficiente para nós, com o vizinho que não tem o que comer.

Uma vez, um dos vizinhos tinha um filho doente e não podia levá-lo ao hospital por falta de dinheiro. Dei tudo o que ganhei naquele dia na minha venda, assim puderam levar o filho ao médico, e graças a Deus ficou curado. No dia seguinte, as vendas me renderam o dobro”. (INDIA)

Depoimento 4:

“Agradeço a Deus que, com o seu amor, pensa em mim e nos meus três filhos, pois, graças à ajuda que recebo regularmente, meus filhos puderam estudar e eu consegui comprar uma máquina de costura para poder trabalhar e assim sustentar minha família após a morte de meu marido”. (COLÔMBIA)

Depoimento 5:

“Sou muçulmana e, desde que conheci o Movimento, encontrei forças para perdoar as pessoas que mataram meu pai e meus três irmãos. Quando recebi a ajuda para a cirurgia de meu filho, experimentei que somos uma única família”. (BÓSNIA)

Depoimento 6:

“Estamos encantados com a bondade de Deus, que é visível e se manifesta por meio da ajuda que recebemos. Consertamos o teto da nossa casa, cujas más condições faziam com que toda a casa ficasse úmida e comprometesse a saúde. Parece-nos um milagre ver-nos circuncidados de tanto amor neste mundo cheio de egoísmo cruel, em que o lucro é a lei”. (CROÁCIA)

Depoimento 7:

“Estou com câncer e com a ajuda que recebo consigo pagar um plano de saúde que cobre o tratamento que preciso fazer. Rezo e ofereço tudo para que a EdC de desenvolva e agradeço profundamente por esta explosão de graças que foi esse projeto. Não sei o que seria de mim sem essa preciosa providência”. (BRASIL)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do que foi visto neste trabalho podemos observar que na visão do projeto Economia de Comunhão, a propriedade privada não é uma instituição que favorece o consumismo, mas concretiza plenamente seu estatuto natural: realiza a destinação universal dos bens. De fato, foi demonstrado que a propriedade, na EdC, não tem por objetivo último a acumulação de riqueza, mas sua partilha (ARAÚJO, 1992).

De uma forma mais geral, para não ficarmos somente no campo da economia, podemos dizer que devido a novos conceitos de propriedade e destinação de bens, a EdC é um meio que garante a dignidade do ser humano, pois que a sua razão de existir, são as pessoas, principalmente os mais necessitados, sendo o lucro um importante mecanismo para se alcançar esse fim.

Assim, a EdC torna-se, além de um instrumento gerador de emprego e renda, um distribuidor de riqueza, onde a participação nos lucros não se restringe apenas aos acionistas e empregados, mas é distribuída por meio de divisão feita em três partes, tendo como fim (BRUNI, 2000):

a) Ajudar pessoas em situação de pobreza, inicialmente no âmbito do Movimento dos Focolares;

b) Promover a formação humana a fim de fortalecer a matriz cultural que lhe dá respaldo;

c) Reinvestimento na própria atividade produtiva de modo que ela se mantenha economicamente viável.

De certo modo, o atual sistema fiscal exige das empresas que coloquem parte dos lucros para a coletividade. Contudo, é realizado por meio de sistemas coercitivos e não apoiados num espírito de partilha (FARO, 1999).

Este espírito de partilha não pode ser confundido com filantropia. De acordo com (MACEDO, 2003), filantropia nos dias atuais possui a significação de ajuda. Este "ajudar" não garante que as intenções e motivações sejam para benefício próprio (daquele que ajudou) ou uma real preocupação com o bem comum.

Na verdade, as reais intenções e motivações das empresas capitalistas ao adotarem a filantropia, são de ordem estratégica para sua sobrevivência em um mercado em competição. Nesse caso, a lógica continua sendo a do auto-interesse, sendo a "partilha" um meio para seu próprio benefício. Diferentemente desta lógica, a proposta de Economia de Comunhão não visa vantagens competitivas de qualquer ordem (Idem).

Aqui se distingue duas grandes particularidades entre a EdC e as outras formas de experiência econômica. A primeira: quem aceita livremente o projeto da Economia de Comunhão não separa o momento da produção do momento da distribuição. Assim, não se guia pela filosofia maquiavélica, segundo a qual o fim justifica os meios (MOTTA, 2001).

A segunda particularidade está no fato de que, na EdC, o social, o cultural, o religioso e o político não estão submetidos às exigências do mercado ou da economia, mas da partilha para o bem de todos (Idem).

Portanto, a Economia de Comunhão não se confunde com a filantropia. É importante ressaltar que o aspecto da partilha na liberdade com que os lucros são colocados deve ser a motivação, a fim de que outras pessoas de boa vontade como os trabalhadores, fornecedores, clientes, sejam moralmente envolvidos no projeto.

De fato, o eixo ao redor do qual gira o projeto é o relacionamento entre as pessoas que decidem aderir a ele. A EdC, estruturada segundo este modelo, não é movida por interesses egoístas, nem por interesses altruístas: é a reciprocidade que move essas relações, sem um sujeito doador e outro beneficiado.

Todos – empresários, empregados, fornecedores, clientes e pessoas necessitadas – entram numa relação de dar e receber de forma igual (GUERRA, 2001).

O relacionamento é mediado pelo princípio do amor recíproco. Deste modo, a empresa se transforma de um sistema de conflitos em um “pequeno mundo do trabalho” em que todos – desde os operários aos dirigentes e aos proprietários – são envolvidos por este princípio (DAVID, 1999). Nasce então a compreensão recíproca, a partilha, a busca comum de soluções. Dessa forma, o homem redescobre sua identidade reencontrando a raiz do seu ser e o seu desígnio realizado no Cristo sempre presente no amor que acolhe e une.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMS, Telmo. Brasil campeão em concentração de renda e exclusão social. **Jornal Mundo Jovem**, Ano XL, nº 329, agosto/01.

ARAÚJO, Vera, et al. **A Economia de Comunhão: projeto, reflexões e propostas para uma Cultura da Partilha**. Vargem Grande Paulista: Editora Cidade Nova, 1988.

_____. Para superar o consumismo, a “cultura do dar”. **Revista Cidade Nova**, Ano XLI, nº 2, fevereiro/93.

_____. Jesus e o uso dos bens. São Paulo, **Cidade Nova**, 1994.

_____. Partilhar os bens é restituir aos pobres o que lhes pertence. **Revista Cidade Nova**, Ano XLI, nº 12, dezembro/99.

_____. Protagonistas na Economia de Comunhão. **Revista Cidade Nova**, Ano XLI, nº 6, junho/99.

_____. Economia de Comunhão – A cultura da Partilha. On line, Extraído de **Nuova Umanità** XXI, nº 126, junho/1999, disponível via www.focolare.org/br, 18/12/2003.

BAGGIO, Antônio Maria. Economia de Comunhão na liberdade. **Revista Cidade Nova**, Ano XLI, nº 4, abril/99.

BARAÚNA, Márcia (Coord.). **Anais do Bureau Internacional da Economia e Trabalho**. Vargem Grande Paulista, Editora Cidade Nova, 1999.

BENITES, Marcello Riella. A construção de uma profecia: **Revista Cidade Nova**, ano XLV, Nº 7, julho/03.

_____. Empresas Solidárias se reúnem em condomínio. **Revista Cidade Nova**, ano XLV, janeiro-fevereiro/03

BIGO, Pierre e BASTOS de Ávila, Fernando. **Fé cristã e compromisso social**. Edições Paulinas: São Paulo, 1982.

BOZZETTO, Elton. A prática social fecundada pelo Evangelho. **Jornal Mundo Jovem**, Ano XXXIX, nº 313, fevereiro/01.

BRUNI, Luigino (coord.). **Economia de Comunhão: Uma cultura econômica em várias dimensões**. Editora Cidade Nova, 2002.

COELHO, Débora de Moraes. A cultura do consumo entra no shopping center. **Jornal Mundo Jovem**, Ano XLI, nº 341, outubro/03.

CRUZ, Esteban. Produzir para os necessitados. **Revista Cidade Nova**, Ano XLI, nº 1-2, janeiro-fevereiro/99.

DAVID, Gilvan. Um novo agir na economia. **Revista Cidade Nova**, Ano XLI, nº 1-2, janeiro-fevereiro/99

FARO, José Antônio. Crise do Mercado e a Cultura de Comunhão. **Revista Cidade Nova**, Ano XLI, nº 8, agosto/99.

FERRUCI, Alberto. Economia de Comunhão na liberdade. **Revista Cidade Nova**, Ano XXXVI, nº 6, junho/94.

GASPAR, Maria do Carmo. O homem em foco. **Revista Cidade Nova**, Ano XLII, nº 8, agosto/00.

GUERRA, Flávio. Trabalho, a chave da questão. **Jornal Mundo Jovem**, Ano XXXIX, nº 316, maio/01.

HEGEL, G.W.F. A ciência da lógica In: **Enciclopédia das ciências filosóficas**. São Paulo, Loyola, 1995.

LEURIDAN, Juan e MÚGICA, Guilherme. **Por que a Igreja critica os ricos?** Edições Paulinas: São Paulo, 1982.

LUBICH, Chiara. **A aventura da unidade**. São Paulo: Editora Cidade Nova, 1991.

MACEDO, Grélia. Globalização X exclusão social. **Jornal Mundo Jovem**, Ano XLI, nº 333, fevereiro/03.

MM JOÃO XXIII. Mater et Magistra. In: **Encíclicas e documentos sociais**. São Paulo. LTr, 1971

MM JOÃO XXIII. Pacem in Terris. In: **Encíclicas e documentos sociais**. São Paulo. LTr, 1971.

MM LEÃO XIII. Rerum Novarum. In: **Encíclicas e documentos sociais**. São Paulo. LTr, 1971.

MANCE, Euclides André. Viver para consumir ou consumir para viver? **Jornal Mundo Jovem**, Ano XXXIX, nº 320, setembro/01.

MOSCONI, Pe. Luís. **Atos dos Apóstolos**: Como ser Igreja no início do terceiro milênio. 2ª Ed. São Paulo: Paulinas, 2001.

MOVIMENTO DOS FOCOLARES. Economia de Comunhão. Disponível em http://www.focolare.org/br/edc_pt.html. 18/12/2003.

MOTTA, João Manoel. Economia de Comunhão abrindo caminhos. **Revista Cidade Nova**, Ano XLIII, nº 5, maio/01.

PARMENSE, Pietro. Um projeto que conquista espaço. **Revista Cidade Nova**,

Ano XLIV, nº 5, maio/02.

PP JOÃO PAULO II. **Redemptor Hominis**. São Paulo. Loyola, 1979

PP JOÃO PAULO II. **Centesimus Annus**. São Paulo. Loyola, 1991.

PP JOÃO PAULO II. **Laborem Exercens**. 8ª Ed. São Paulo : Paulinas, 1990

PP JOÃO PAULO II. **Sollicitudo Rei Socialis**. 4ª Ed. São Paulo. Paulinas, 1990.

PP PAULO VI. VATICANO II. Constituição pastoral **Gaudium et Spes**. In: **Compêndio do Vaticano II**. São Paulo. LTr, 1971.

PP PAULO VI. VATICANO II. Constituição dogmática **Lumen Gentium**. In: **Compêndio do Vaticano II**. São Paulo. LTr, 1971.

PRADO, Francisco Ignácio Brandi. Espri: uma S/A viável. **Revista Cidade Nova**, Ano XLI, nº 12, dezembro/99.

SERAFIM, Maurício Custódio. **A ética no espaço de produção**: contribuições da economia de comunhão. Santa Catarina, Tese de Mestrado, 2001.

SORGI, Tommaso, et al. **A economia e o trabalho numa perspectiva cristã**. Editora Cidade Nova, São Paulo, 1985.

_____. Um modelo diferente. **Revista Cidade Nova**, Ano XXXIV, nº 4, abril/92.

VALENTINI, Dom Demétrio. Campanha da Fraternidade: um grito de esperança. **Jornal Mundo Jovem**, Ano XXXVIII, nº 303, fevereiro/00.

